



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo,23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições e os procedimentos que regerão a contratação de empresa especializada para realização de Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa para o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, utilizando a metodologia GHG PROTOCOL, incluindo o detalhamento das fontes de emissão por edificação, referente ao ano de **2025**, com relatório e incluindo a confecção de plano de compensação/mitigação das emissões geradas para cada ano inventariado, conforme Resolução 594/2024 do CNJ. - Programa Justiça Carbono Zero.
- 1.2. O inventário abrangerá 46 edificações, distribuídas em 41 cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, com um total aproximado de área de 58.857,11 m², abarcando o quantitativo aproximado de 720 pessoas.
- 1.3. As especificações, quantidades e os valores máximos estimados constam na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	CATSER	QDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO
1	Contratação de Empresa Especializada para realização de Inventários de Gases de Efeito Estufa para todos os prédios pertencentes a estrutura imobiliária do Tribunal Regional Eleitoral de MS, incluindo relatórios, detalhamento das fontes de emissões e confecção de plano de mitigação/compensação das emissões geradas, referente ao ano 2025.	Serviço	817	1	19.697,80

- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.
- 1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5.1. São serviços de natureza contínua, decorrentes de exigência normativa de cumprimento periódico e renovável (Resolução CNJ nº 594/2024), que impõe à Administração a realização anual e recorrente dos inventários, o que caracteriza uma necessidade contínua e previsível, vinculada ao funcionamento regular do órgão.
- 1.5.2.1. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021 a caracterização de serviços continuados foi ampliada para atendimento de serviços e fornecimentos destinados à manutenção da atividade administrativa, conforme art. 6º da citada lei.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contados da data da última assinatura do termo de contrato, prorrogável na forma da Lei.
- 1.6.1. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE-MS) vem fortalecendo sua política interna de sustentabilidade por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS), que reúne ações voltadas à racionalização do uso de recursos naturais e à educação ambiental de servidores, colaboradores e parceiros. Esse compromisso tem sido progressivamente ampliado, consolidando medidas para a redução do consumo de energia, água e papel, além do aprimoramento da gestão de resíduos.
- 2.2. A Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 400/2021 já estabelecia diretrizes de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, determinando que os órgãos deveriam adotar planos de compensação ambiental até 2030, a fim de reduzir permanentemente a emissão de gases de efeito estufa (GEE). Em complemento, foi publicada a Resolução CNJ nº 594/2024, que determina a elaboração de inventários anuais de emissão de CO₂.
- 2.3. O TRE-MS já concluiu o Inventário de Emissões de GEE referente aos anos de 2022, 2023 e 2024 cumprindo parte das obrigações de quantificar e registrar as emissões decorrentes de suas atividades, restando agora cumprir com a determinação da Resolução CNJ nº 594/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADAS AS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

- 3.1. Contratação de uma empresa especializada para realizar a elaboração de inventário de emissão de gases de efeito estufa referente ao ano de 2025 e confecção de planos de compensação de emissão da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, seguindo a metodologia do GHG Protocol, compatível com a norma ABNT NBR ISO 14064.
- 3.2. O inventário deverá abarcar os seguintes escopos, utilizando informações disponibilizadas pelo TRE-MS:

ESCOPO 1: Emissões de GEE controladas pelo TRE-MS	<ul style="list-style-type: none">Combustível da frota: o TRE-MS possui dados tabulados.Combustível de geradores: o TRE-MS possui dados tabulados.Extintores de incêndio: o TRE-MS possui dados tabulados.
---	--

ESCOPO 2: Emissões do consumo de energia elétrica da concessionária	<ul style="list-style-type: none"> • Contas de Luz: o TRE-MS tem dados de consumo tabulados.
ESCOPO 3: Emissões produzidas em fontes que não pertencem ou não são controladas pelo TRE MS	<ul style="list-style-type: none"> • Diárias - viagens aéreas, de ônibus e deslocamentos: o TRE-MS tem dados tabulados dos deslocamentos a serviço do aéreo. • Malote dos Correio: TRE-MS não tem dados tabulados • Bens e serviços comprados: o TRE-MS não tem dados tabulados. • Resíduos gerados nas operações: o TRE-MS tem dados tabulados.

3.3. A prestação do serviço deverá ser realizada em quatro etapas, cada qual referente ao ano inventariado (2025).

3.3.1. Na tabela abaixo constam as etapas e ações dos serviços a serem executados:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRODUTOS
1. Coleta dos dados necessários	O fornecimento dos dados à contratada de todos os prédios a serem inventariados dar-se-á de forma centralizada pelo Núcleo Socioambiental	Modelos de planilhas a serem preenchidos no formato .xlsx
2. Cálculo das EGEE	Deverá ser apresentado em planilha aberta com memória de cálculo	Planilhas das Emissões de GEE e memórias de Cálculo
3. Revisão dos Cálculos	Se necessário, serão solicitadas revisões e correções nas planilhas apresentadas	Planilhas de memórias de cálculo revisadas no formato .xlsx e .pdf
4. Relatório de EGEE	Elaboração de Relatório de Inventário de EGEE, utilizando a metodologia GHG PROTOCOL e NBR ISSO 14.064, contendo premissas, métodos e resultados, inclusive pontos de melhoria para futuros planos de ações. E plano de mitigação/compensação de emissões	Relatório e plano de mitigação/compensação anual, entregue nos formatos .docx, .pptx e .pdf

3.3.2. A confecção dos inventários tem como finalidade atender às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse sentido, cada inventário deverá ser concluído e entregue dentro do prazo estipulado para envio dos Relatórios Anuais de Atividades ao CNJ, o qual se encerra em **28 de fevereiro de cada ano**. A contratada deve, portanto, estar ciente de que **o cumprimento desse prazo é obrigatório** para cada entrega, sendo as solicitações de serviço ocorrendo sempre em dezembro do ano anterior à entrega do inventário. Esta é uma condição essencial para a execução adequada do objeto contratado.

3.4. Os inventários, as planilhas utilizadas no cálculo, bem como os planos de mitigação deverão ser entregues, em meios digitais com arquivos acessíveis e abertos, ao Núcleo Socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, através do email carmem.miquilino@tre-ms.jus.br.

3.5. Os resultados deverão ser apresentados de forma analítica e segmentados por escopo (1, 2 e 3), permitindo a identificação detalhada das fontes emissoras, conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol:

Escopo 1 – Emissões diretas: provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pelo TRE-MS, incluindo:	
Combustão Estacionária:	emissões geradas pela queima de combustível em geradores.
Combustão Móvel:	emissões geradas pelo consumo de combustível da frota de veículos do Tribunal
Emissões Fugitivas:	emissões decorrentes da liberação de gases de extintores de incêndio (CO ₂) e de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado (HFC ou PFC).
Escopo 2 – Emissões indiretas de GEE provenientes da compra de energia elétrica:	
Energia Elétrica	emissões geradas com base na quantidade de kWh consumida pelo TRE-MS.
Escopo 3 – Outras Emissões Indiretas de GEE	
Bens e serviços adquiridos	emissões geradas ao longo do ciclo de vida dos produtos adquiridos e serviços contratados (extração, produção e transporte).

Viagens e deslocamento a serviço (inclusive de casa-trabalho)	emissões decorrentes do transporte de funcionários a serviço do Tribunal, incluindo deslocamentos em aviões, ônibus e automóveis de terceiros.
Descarte de resíduos	emissões decorrentes do tratamento e/ou disposição final dos resíduos sólidos e efluentes líquidos gerados pelo Tribunal, incluindo destinação em aterros sanitários, centrais de compostagem, incineração e estações de tratamento.
Bens de capital	emissões associadas ao ciclo de vida (extração, produção e transporte) dos bens de capital adquiridos.

3.6. A efetividade da contratação será avaliada com base em critérios técnicos objetivos, incluindo conformidade metodológica e exatidão das informações, podendo ser exigida auditoria independente ou revisão técnica para assegurar a confiabilidade dos resultados.

3.7. A contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado, contemplando cronograma de atividades com marcos intermediários e prazos para eventuais ajustes, garantindo a conclusão dos serviços com antecedência suficiente para revisão pelo TRE-MS e posterior encaminhamento ao CNJ até o prazo final de 31/07/2026.

3.8. Os produtos esperados incluem:

- a) Relatório técnico detalhado do inventário de GEE para cada prédio de forma individualizada;
- b) Orientação à equipe do TRE-MS designada para acompanhamento sobre a metodologia de coleta e validação dos dados;
- c) Planilhas de cálculos com memória de cálculo transparente;
- d) Sumário executivo com principais resultados;
- e) Material para apresentação e divulgação interna dos resultados;
- f) Elaboração de Plano de mitigação e compensação.

3.9. O cumprimento deste plano de trabalho, que servirá como cronograma de execução, exigirá a entrega dos produtos dentro dos prazos estabelecidos.

3.10. Por fim, a qualidade dos relatórios emitidos será analisada com base na clareza na apresentação das informações, na segmentação analítica dos dados por escopo (1, 2 e 3), no uso de gráficos explicativos e na proposição de recomendações para o aprimoramento da gestão das emissões e para a implementação de futuras estratégias de mitigação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Contratação de empresa que apresente qualificação técnica comprovada e atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes à elaboração de inventário de emissões de gases de efeito estufa, utilizando a metodologia GHG Protocol.

4.1.1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica por meio de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, para serviços similares em elaboração de inventário de emissões de GEE – escopos 1, 2 e 3, através metodologia do GHG Protocol.

4.1.2. **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:** Considerando que o presente objeto é um serviço técnico de Engenharia Ambiental a empresa deverá apresentar a qualificação técnica da equipe com ao menos um profissional possuidor de currículo e formação superior em área compatível, garantindo o devido registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de pelo menos um dos membros da Equipe, no CREA ou outro conselho profissional competente.

4.2. A contratação dos serviços permitirá a quantificação detalhada das emissões de gases de efeito estufa em todas as edificações do Tribunal, em ano eleitoral e não eleitoral, além de possibilitar o estabelecimento de metas e ações para a redução e gestão dessas emissões, em conformidade com as exigências da Resolução CNJ nº 594/2024.

4.3. Necessária transferência de conhecimento referente à aplicação da metodologia, à utilização das planilhas de cálculo, à atualização dos inventários de emissões pelos prédios do TRE-MS e das estratégias de redução e mitigação, devendo esta transferência de conhecimento ser repassada ao servidor lotado no Núcleo Socioambiental em capacitação on-line antes da entrega definitiva, no prazo de 6 (seis) meses após a assinatura do contrato.

4.4. Não é previsto o deslocamento da equipe da Contratada uma vez que, conforme os estudos técnicos, o desenvolvimento dos trabalhos poderá ocorrer de forma remota.

4.5. **METODOLOGIA:** O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul adotará a metodologia do GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol), método adotado pela Programa Brasileiro GHG Protocol, que visa a estimular a cultura corporativa de inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil pela elaboração dos inventários de emissões de gases de efeito estufa, metodologia compatível com a norma ABNT NBR ISO 14064.

4.6. Critérios de Sustentabilidade

4.6.1. Deverá a Contratada observar os critérios de sustentabilidade e as normas que tratam de licitações sustentáveis e defesa do meio ambiente, tais como IN SLTI nº 01, de 19.1.2010, Decreto nº 7.746, de 05.06.2012, Lei nº 12.305, de 02.08.2010, Decreto Federal nº 5.940, de 25/10/2006, além das instruções do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19.01.2010.

4.6.2. A prestação dos serviços se dará majoritariamente de forma remota, o que já contribui para a redução de emissão de gases de efeito estufa. Além disso, não haverá geração de resíduos físicos diretos que necessitem de logística reversa.

4.6.3. O projeto também tem como objetivo contribuir para promover a redução de impacto ambiental, redução e mitigação de EGEE, conforme previsto na Resolução CNJ nº 594/2024.

4.6.4. Os fatores de emissão utilizados devem ser os mais recentes, conforme divulgados por fontes oficiais como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), o MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e o Programa Brasileiro GHG Protocol.

4.6.4. A coleta de dados deverá incluir tanto dados primários (obtidos diretamente nas unidades do TRE-MS) quanto secundários (quando necessário, por meio de estimativas baseadas em referências técnicas confiáveis).

4.7. **VISTORIA:** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a proponente poderá realizar vistoria nas instalações que serão objeto do inventário que trata-se de uma área total de aproximadamente 58.857,11 m², distribuída em diversos municípios do Estado de MS.

4.7.1. Os endereços dos prédios estão informados no Anexo I.b deste Termo de Referência.

4.7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.7.3. Para a vistoria a proponente, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria e previamente agendada a visita junto ao Núcleo Socioambiental pelo e-mail carmem.miquilino@tre-ms.jus.br.

4.7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes das edificações, devendo a proponente vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8. **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

4.9. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.10. **Consórcio:** Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O Núcleo Socioambiental - NSA, somente aceitará serviços que atendam a todas as especificações constantes deste Termo de Referência.

5.1.1. A execução dos serviços seguirá o disposto no Capítulo 3 do Termo de Referência.

5.2. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal, lotado no Núcleo Socioambiental.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. Requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. Exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

6.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, mediante nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos materiais/serviços ficará a cargo da fiscalização do TRE/MS, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total; e
- b) compatibilidade dos serviços/materiais entregues, com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa.

7.1.2. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material/serviço.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 15 dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega do relatório anual e plano de mitigação, e do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.8.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.9. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da proponente, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.9.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.10.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.18. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta, mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO (com lances)**, tendo em vista a natureza comum dos serviços a serem contratados e por envolver valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme Capítulo 9 deste Termo de Referência, com fundamento no disposto no artigo 75, II, da Lei 14.133/21.

8.2. A dispensa se dará na forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO do Item**.

8.2.1. **Não serão aceitos preços acima dos valores máximos contantes na tabela da Cláusula 1.2.**

8.3. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, a proponente deverá comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) A proponente deverá comprovar sua **capacidade técnica operacional** apresentando a documentação abaixo:

e.1) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA ou outro conselho profissional competente;

e.2) Apresentação de Certidão de Acervo Operacional (emitido pelo CREA ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço similar, **em nome da empresa proponente**, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

e.2.1) Entenda-se por serviço similar a elaboração de inventário de emissões de GEE – escopos 1, 2 e 3, através metodologia do GHG Protocol.

f) A proponente deverá comprovar sua **capacidade técnica profissional** mediante a apresentação da documentação abaixo:

f.1) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou outro conselho profissional competente.

f.2) Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado junto ao CREA ou outro conselho profissional competente, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

f.2.1) A vinculação deste profissional com a proponente deverá ser comprovada com:

f.2.1.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

f.2.1.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

f.2.1.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

f.2.1.4) Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à proponente ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e proponente ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

f.3. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou outro conselho profissional competente, de serviços similares ao que se pretende contratar.

f.3.1. Entenda-se por serviço similar a elaboração de inventário de emissões de GEE – escopos 1, 2 e 3, através metodologia do GHG Protocol.

8.6. O prazo para envio de documentos será de 2 (duas) horas, a contar da convocação, via sistema, do Agente de Contratação.

8.6.1. O prazo da cláusula 8.6 poderá ser prorrogado por igual período.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 19.697,80 (dezenove mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do ETP.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida na Proposta Orçamentária 2025 pela seguinte dotação:
- a) Gestão/Unidade: **14112 – TRE-MS;**
 - b) Fonte de Recursos: **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;**
 - c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054;**
 - d) Elemento de Despesa: **3390.39.05;**
 - e) Plano Interno: **ADM APOIO.**

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

- 12.1. Promover, através de servidor designado, o acompanhamento e fiscalização do serviço, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- 12.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas realizados pela CONTRATADA;
- 12.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com às condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.4. Solicitar a contratada quaisquer documentos necessários ao perfeito acompanhamento dos serviços, sejam de ordem fiscal ou trabalhista;
- 12.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE relacionadas à execução dos serviços.
- 12.6. Aprovar o plano de trabalho.
- 12.7. Reunir-se com a Contratada, conforme necessidade da execução contratual (reunião virtual).
- 12.8. Receber e revisar os produtos entregues pela Contratada.
- 12.9. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos dentro das especificações e prazos exigidos neste Termo de Referência.
- 12.10. Notificar a CONTRATADA quando da ocorrência de eventuais falhas na execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades correspondentes.
- 12.11. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste instrumento.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 13.1. Cumprir fielmente, além da lei 14.133/21 e demais normas aplicáveis, todas as demais disposições previstas neste Termo de Referência, no Aviso de Dispensa e no Termo de Contrato.
- 13.2. Indicar a equipe técnica e os respectivos profissionais responsáveis pelo inventário de EGEE.
- 13.2.1. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido no Termo de Referência e no Contrato.
 - 13.2.2. Cumprir as etapas do plano de trabalho.
- 13.3. Reunir-se com a Contratante, conforme necessidade da execução contratual (reunião virtual).
- 13.4. Prestar todas as informações solicitadas pela Fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviço;
- 13.5. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;
- 13.6. Comunicar de imediato e por escrito à CONTRATANTE quaisquer irregularidades que surgir durante a vigência deste contrato;
- 13.7. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica;
- 13.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.
- 13.9. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços;
- 13.10. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 13.11. Manter absoluto sigilo sobre as informações recebidas ou adquiridas quando da prestação dos serviços;
- 13.12. Assumir a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais, sociais e previdenciários previstos na legislação, obrigando-se a saldá-los na época própria, sendo que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo também, que sua inadimplência com referência aos encargos estabelecidos não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a mesma renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade passiva, com a CONTRATANTE.
- 13.13. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 13.14. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE;
- 13.15. Responder pelos atos e omissões de sua responsabilidade.
- 13.16. Não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência, respondendo a CONTRATADA perante a CONTRATANTE pela execução total do objeto;
- 13.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado em contrato, de acordo com o art. 125 da Lei nº 14.133/21;

13.18. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

13.19. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

13.20. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.21. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MS, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

13.22. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

Campo Grande, MS, na data da assinatura eletrônica.

CARMEN VERÔNICA FANAIA MIQUILINO

Integrante Demandante

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, **Técnico Judiciário**, em 07/11/2025, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARMEM VERÔNICA FANAIA MIQUILINO**, **Técnico Judiciário**, em 10/11/2025, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1939612** e o código CRC **D738209A**.

